



[Handwritten signatures]

PROTOCOLO DE GESTÃO

Entre:

A **Autoridade Florestal Nacional**, adiante designada por AFN ou Parte, com sede na **Av. João Crisóstomo, 26-28**, em Lisboa, representada neste acto pelo seu Vice-Presidente, Dr. Luís Duarte

E

A **Associação Nacional de Municípios Portugueses**, adiante designada por ANMP ou Parte, com sede na Av. Marnoco e Sousa 52, em Coimbra, representada neste acto pelo membro do seu Conselho Directivo, Presidente Jaime Marta Soares

Considerando que:

A Autoridade Florestal Nacional tem por missão promover o desenvolvimento sustentável dos recursos florestais e dos espaços associados, dos recursos cinegéticos, apícolas e aquícolas das águas interiores e outros directamente associados à floresta e às actividades silvícolas, através do conhecimento da sua evolução e fruição, garantindo a sua protecção, conservação e gestão, promovendo os equilíbrios intersectoriais, a responsabilização dos diferentes agentes e uma adequada organização dos espaços florestais, assim como a melhoria da competitividade das indústrias que integram as várias fileiras florestais, bem como a prevenção estrutural, actuando de forma concertada no planeamento e na procura de estratégias conjuntas no domínio da defesa da floresta, assumindo as funções de autoridade florestal nacional.

Considerando que no âmbito dos produtos e recursos silvestres a AFN tem como atribuição a gestão do património edificado florestal.

Considerando por último que nos termos do nº 6 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 159/2008, de 8 de Agosto, a atribuição referente à gestão do património edificado florestal pode ser objecto de gestão por parte de terceiros, que se concretizará através de um Protocolo de gestão, nos termos da alínea b) do citado preceito;

As Partes acordam no seguinte Protocolo de Gestão:



Cláusula 1ª

Objecto

O presente Protocolo estabelece os princípios enquadramentos dos Protocolos de gestão, previstos na alínea b) do nº 6 do artigo 3º e relativos à alínea d) do nº 4 do mesmo artigo, ambos do Decreto-Lei nº 159/2008, de 8 de Agosto, a celebrar entre os municípios e a AFN.

Cláusula 2ª

Âmbito de aplicação

1. Os Protocolos referidos na cláusula anterior visam a gestão:
 - a) De edifícios construídos em territórios submetidos ao regime florestal total ou em perímetros florestais submetidos ao regime florestal parcial que não sejam passíveis de alienação;
 - b) De parques florestais localizados nos perímetros urbanos;
 - c) De equipamentos florestais de recreio que sirvam habitualmente as populações.
2. O Protocolo que concretize a transferência deve prever, caso exista, a responsabilidade financeira das partes.

Cláusula 3ª

Obrigações da AFN

Pelo presente Protocolo a AFN assume as seguintes obrigações:

- a) Disponibilizar para efeitos de gestão os edifícios construídos em territórios submetidos ao regime florestal total ou em perímetros florestais submetidos ao regime florestal parcial que não sejam passíveis de alienação, os parques florestais urbanos e os equipamentos florestais de recreio que sirvam habitualmente as populações.
- b) Assegurar o aconselhamento, a informação e o apoio no âmbito da gestão.
- c) Verificar o cumprimento dos diferentes Protocolos de gestão e propor a sua denúncia nos termos da cláusula 5ª.

Cláusula 4ª

Obrigações do Município

Pelos respectivos Protocolos de gestão os municípios assumem as seguintes obrigações:

- a) Promover a conservação dos diferentes espaços, objecto do presente Protocolo;
- b) Assegurar a manutenção dos espaços utilizados em bom estado de uso;
- c) Os equipamentos a instalar, nos casos previstos nas alíneas b) e c) da cláusula 2ª, consistem em infra-estruturas de apoio e outros equipamentos exigidos por lei;
- d) Promover o cumprimento das regras da boa gestão e salvaguarda dos espaços florestais contíguos numa área envolvente de 100 metros.

Cláusula 5ª

Compromissos da Associação Nacional de Municípios Portugueses

A Associação Nacional de Municípios Portugueses compromete-se a:

- a) Divulgar o conteúdo do presente Protocolo de Gestão pelos seus associados;

Luís

- b) Sensibilizar os seus associados para as questões do património edificado florestal;
- c) Acompanhar a implementação do presente Protocolo.

Cláusula 6ª

Denúncia

O Protocolo só poderá ser denunciado por escrito e com uma antecedência mínima de 90 dias.

Cláusula 7ª

Acompanhamento

Para acompanhamento do presente Protocolo é constituída uma comissão com um representante da AFN e da ANMP.

Cláusula 8ª

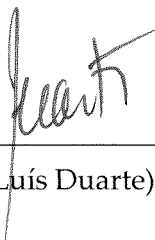
Disposições Finais

- 1 - Durante o período de vigência, as Partes poderão acordar em fazer alterações ao presente Protocolo.
- 2 - Todas as alterações efectuadas, para serem válidas, deverão constar de documento escrito, assinado pelas Partes, constituindo anexos ao Protocolo e dele fazendo parte integrante.

Do presente Protocolo foram produzidos dois exemplares, ambos originais, ficando cada uma das Partes na posse de um exemplar.

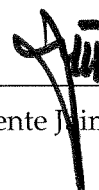
Coimbra, 22 de Junho de 2009

AFN



(Dr. Luís Duarte)

ANMP



(Presidente Jaime Marta Soares)